ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR MARCELO MAIA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 280/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando o Decreto n. 34. 409/21, referente a Abertura de Crédito Extraordinário; Projeto de Lei n. 301/21 do vereador Henrique Carballal; Projeto de Resolução n. 91/21 da vereadora Marta Rodrigues; Requerimento de Utilidade Pública n. 51//21 do

vereador Sílvio Humberto; Moções n.s 114 e 115/21 do vereador Marcelo Maia e 116/21 do vereador André Fraga; e Requerimento de licença de vereadora. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, a vereadora Maria Marighella contestou o tempo dado, na Sessão anterior, à pessoa que usara a Tribuna Popular. Expôs que o Regimento Interno (RI) previa 10 minutos para cada representação e que a oradora da Tribuna tivera cinco minutos apenas. Contestou os políticos que diziam não ser momento para o *impeachment* do Presidente Bolsonaro, afirmando que o Presidente da República atingia a democracia severamente e que o momento não era de moderação, pois não se negociava com a barbárie. Em seguida, adentrando-se a **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 280/21, 130/20, 139/20, 288/10, 223/13, 16/16, 346/17, 353/19 e 296/19; Projetos de Resolução n.s 16/18, 1/21 e 19/21; e Projetos de Indicação n.s 274/19, 275/19, 323/20, 326/20, 337/20, 338/20, 494/20, 502/20, 86/21, 87/21, 311/21, 332/21, 333/21, 342/21, 343/21, 344/21, 346/21, 347/21, 348/21, 349/21, 351/21, 352/21, 355/21, 356/21, 357/21, 364/21, 366/21, 370/21, 371/21, 375/21, 376/21, 377/21, 378/21, 379/21, 380/21, 390/21, 392/21, 393/21, 395/21, 396/21, 397/21, 407/21, 409/21, 416/21, 417/21, 418/21, 424/21, 428/21, 429/21, 432/21, 433/21, 438/21, 439/21, 443/21, 444/21, 446/21 e 450/21. Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 98/21, 99/21, 100/21, 101/21, 102/21, 103/21, 104/21, 105/21, 106/21, 107/21, 108/21, 110/21, 111/21, 112/2 e 113/21; e Requerimentos n.s 193/21, 194/21, 195/21, 196/21, 197/21, 198/21, 199/21, 200/21, 202/21, 203/21, 204/21, 205/21, 206/21 e 207/21. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, expôs sobre o volume de projetos que as comissões tinham a apreciar. Pediu que fosse cumprido integralmente o rito nas comissões temáticas em vez de se produzirem pareceres em Plenário. Afirmou que, nessas comissões, os projetos ganhariam robustez. O senhor presidente respondeu que acataria a solicitação, mas ressalvou que,

quanto aos projetos cuja votação se pretendia para esta Sessão, os prazos para exame pelas comissões temáticas já se haviam esgotado, o que tornava esses projetos aptos a serem relatados em Plenário neste momento. Estabeleceu novo prazo, de três dias, para as comissões se dedicarem aos projetos em questão, explicando que, não havendo ação das comissões nesse novo prazo, os projetos receberiam pareceres em Plenário. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida destacou os esforços da Casa sobre a quantidade de projetos que tramitavam. Pela ordem, a vereadora Maria Marighella reiterou o pedido da vereadora Marta Rodrigues e assinalou que alguns projetos não haviam sido votados neste dia por não haverem passado pelas comissões. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito agradeceu, aos pares, o acolhimento unânime ao seu Requerimento para que a Casa enviasse ao Executivo um Pedido de Explicações relativo a proposta de realinhamento de valores usados na Planta Genérica dos imóveis aplicada na tributação. Explicou a relação civilizada que, como vereador independente, tinha com o Executivo. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, também se referiu ao grande trabalho pela pauta de votação e defendeu a observância dos prazos como parâmetro, para que os projetos viessem ao Plenário logo após o exaurimento dos prazos para as comissões temáticas. Considerou que alguns pares haviam se prejudicado, nesta Sessão, por não terem seus projetos votados de imediato, conforme estava previsto. O senhor presidente indagou se havia acordo para a votação dos Projetos do Executivo. Alguns edis se manifestaram sobre possíveis emendas e sobre a necessidade de alguma discussão prévia às votações, havendo o vereador Ricardo Almeida sugerido reunião a respeito do Projeto sobre a infância e a adolescência. Constatada, pelo senhor presidente, a não-existência imediata de acordo, prosseguiu-se com o **Pinga-Fogo**. O vereador Henrique Carballal indagou ao senhor presidente a respeito de declaração do prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins, sobre o seu partido, o MDB. Questionou a propriedade da postura desse prefeito, perguntando se ele ainda pertencia ao

MDB e declarando que não o via demonstrar apoio a esse partido. Contou visita que fizera, com alguns pares, à 6ª Região Militar do Exército, na qual haviam afirmado as boas relações institucionais entre a Casa e esse órgão militar. O senhor presidente respondeu, ao orador, que procuraria saber se o prefeito Colbert Martins ainda integrava o MDB, já que não o via se fazer presente em várias instâncias da sigla. O vereador Augsto Vasconcelos cobrou o cumprimento, pelo Executivo, da implementação de medidas sobre a Guarda Civil Municipal, algo cujo prazo, previsto em Lei aprovada na Casa, já se exauria. Disse que a categoria já considerava a possibilidade de greve. Convidou para Sessão Especial, na quinta-feira, pelos 20 anos da Desenbahia, cuja importância destacou. O vereador Orlando Palhinha contou ter estado, com alguns pares, em Nova Brasília de Valéria, acompanhando o prefeito e a vice-prefeita na entrega de uma praça de quatro mil metros quadrados, fruto de 20 anos de seu trabalho naquela comunidade. Destacou outras realizações na região, pelas quais atuara contando com o ex-prefeito ACM Neto e o prefeito Bruno Reis. O vereador Sandro Bahiense saudou os pares pela visita ao Exército. Comentou sobre o seu Projeto de Indicação para o Governo do Estado construir um hospital de regulação. Expôs que esse hospital destravaria o grande fluxo de pacientes, permitindo que os profissionais de saúde se dedicassem melhor aos pacientes. Explicou haver indicado o antigo Centro de Convenções como local para o hospital. O vereador Sílvio Humberto parabenizou o senhor presidente por entrevista que fizera, em seu programa de rádio, à deputada federal Lídice da Mata. Contou sobre a realização da última audiência pública para o Plano Municipal de Cultura, destacando a construção coletiva que se havia efetivado. Explicou que a cultura fora tratada como algo além do entretenimento, se tornando um fator estratégico para o desenvolvimento das pessoas, e mencionou os presentes ao evento. Fez um paralelo entre a concepção do Plano e o que se havia pensado para a cultura na África. Foi votada e aprovada a licença da vereadora Roberta Caires (31 de agosto e 13 de setembro).

Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.337 a 3340/21. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Joceval Rodrigues agradeceu honraria recebida por religiosos. Também agradeceu ao líder do seu bloco, vereador Paulo Magalhães Júnior, pelo esforço rumo à retomada das ações que sustentavam as pessoas e parabenizou o prefeito Bruno Reis pelo que fazia a respeito dos profissionais do entretenimento. Destacou o papel do líder religioso na vida das pessoas, sugerindo, quanto às restrições pela pandemia, um percentual maior de presentes nas atividades religiosas. Pediu ao senhor presidente um espaço em seu programa de rádio. O senhor presidente respondeu que a entrevista do orador estava marcada para a próxima segunda-feira. O vereador Átila do Congo relatou a realização de festas na rua, em São Tomé de Paripe, que provocavam transtornos e promoviam conteúdos de baixo calão, ofensivos aos moradores do lugar. Ponderou a influência negativa que essas manifestações trariam às crianças, pela apologia do sexo, do álcool e das condutas desonestas que era feita aos menores. Sublinhou que não era moralista, mas enxergava limites necessários. A vereadora Laina Crisóstomo declarou satisfação com a aprovação do seu Projeto de Indicação, ao Governo do Estado, para uma delegacia de atendimento à mulher em Cajazeiras. Comentou sobre a aprovação de três sessões especiais que propusera: sobre o Dia estadual de Combate ao Homicídio e Impunidade; sobre o desmonte da educação através da retirada de recursos; e sobre a luta de mulheres pelos espaços de luta e contra o Presidente Bolsonaro. A vereadora Marta Rodrigues comentou sobre a aprovação do seu Projeto para a suspensão do prazo de validade para os créditos do transporte coletivo durante a pandemia. Expôs como a pandemia afetava o uso do transporte; contou sobre a campanha *Quero os meus Créditos*; e pediu, à Prefeitura, sensibilidade para sancionar o Projeto. O vereador André Fraga agradeceu à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela aprovação, nessa Comissão, do seu Projeto de Lei sobre política municipal de manejo da *cannabis*. Discorreu sobre o preconceito que havia sobre o uso dessa substância, expondo a importância que

ela tinha no tratamento de diversas patologias, inclusive neurológicas. Contou que o Projeto previa o manejo da *cannabis* no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o que tornava a substância acessível à população. Pediu a aprovação do Projeto na Comissão de Finanças e, sobrevindo a sua aprovação na Casa, a sua sanção pelo prefeito. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO